

43º Encontro Anual da ANPOCS

ST 30 - Política externa comparada

**As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-
Dilma, Temer e Bolsonaro**

Jorge Almeida

jorgealm@uol.com.br

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2019

As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-Dilma, Temer e Bolsonaro¹

Jorge Almeida²

Introdução

O objeto deste artigo é a presença chinesa no Brasil nos governos do PT (Lula da Silva e Dilma Rousseff), de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PSL).

Esta presença econômica chinesa, depois de um longo percurso de relações, começa a crescer um pouco antes do governo Lula da Silva, cresce rápida e muito significativamente durante os dois governos federais petistas, continua avançando no governo de Michel Temer e, apesar das posições emitidas pelo candidato Jair Bolsonaro contrário a essas relações, parece se manter relativamente estável nestes primeiros nove meses do seu governo.

A República Popular da China é hoje a segunda potência mundial, o que tem provocado, especialmente durante o governo Trump, um acirramento dos conflitos com os EUA e gerado turbulências no cenário mundial.

Desde que a China iniciou seu processo de reformas econômicas em 1978, este país tem caminhado em direção a uma economia capitalista e, nesse percurso, vem realizando um espetacular crescimento econômico: se tornou a segunda economia mundial e vem assumindo uma posição de desafiante da principal potência imperialista mundial, que são os EUA.

Hoje, a China já tem o maior PIB industrial, é o maior exportador e 2º importador de mercadorias do mundo, amplia a exportação de capitais, possui grande parcela de títulos da dívida dos EUA, compra terras em outros países e moderniza suas forças armadas.

¹ Trabalho apresentado no ST 30 - Política externa comparada, do 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2019.

² Professor Associado do Departamento de Ciência Política e do PPG em Ciências Sociais, FFCH/UFBA e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Grupo de Pesquisas Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia. jorgealm@uol.com.br

A potência asiática aprofunda sua penetração na África e na América Latina e constrói alianças de grande potencial estratégico com Rússia, Índia e outros países na Ásia e Pacífico. Nesse processo foi também constituído, em 2006, o BRICS, grupo de cooperação econômica que tem a participação de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (que foi incorporada em 2011) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o "Banco do BRICS", criado em 2016. Além disso, lançou a "Belt and Road Initiative" (BRI), que é o maior projeto de infraestrutura global da história.

Os recentes conflitos internacionais contribuíram para uma maior aproximação política entre a China e a Rússia, aprofundando suas relações econômicas e tecnológicas. Além disso, provocaram a construção de alianças diplomáticas e militares que contribuem para dar maior retaguarda geopolítica, a ambas potências, em caso de eventuais agressões militares e/ou bloqueios econômicos externos.

A China, já sendo forte parceiro comercial do Brasil (exportando mercadorias industrializadas e importando matérias primas) há vários anos, agora é também um exportador de capitais, aprofundando relações econômicas e políticas em nosso país que, assim, diversifica a dependência mas também a aprofunda.

25 anos depois da primeira eleição direta para presidente do Brasil depois do regime militar empresarial de 1989, a China se transformou no principal parceiro no comércio bilateral com o Brasil e, 30 anos depois, no maior exportador de capitais. Entre 2003 e 2018, a China investiu US\$ 54 bilhões no Brasil.

O período emblemático para a ampliação da presença chinesa no Brasil, foram os governos petistas. Durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, não só se ampliaram as relações comerciais, como foram feitos uma série de acordos que levaram a potência asiática a se tornar um grande investidor direto no nosso país.

Com o impeachment, surgiram especulações de que haveria um retrocesso nas relações nestas relações bilaterais, devido seu caráter ser supostamente baseado numa proximidade política e ideológica entre o PT e o PC da China.

Mas não foi isso o que ocorreu, pois nem o governo Temer (MDB) nem os chineses criaram obstáculos para a sua continuação. Ao contrário, entre 2016 e 2017 a China consolidou sua política de exportações de capitais para o Brasil, liderando as aquisições em nosso país nos dois anos.

O candidato Jair Bolsonaro (PSL) enfatizou em sua campanha uma oposição às relações econômicas, políticas e diplomáticas do Brasil com a China, alegando que estas seriam opções “ideológicas” dos governos petistas e nefastas ao Brasil, o que gerou uma série de conflitos, especulações, instabilidades nas expectativas econômicas e muitas fake news. Mas tudo indica que seus desejos ideológicos foram neutralizados pelos interesses de importantes frações do grande capital no Brasil, mais voltados para garantir seus negócios.

Em decorrência da problemática colocada, nosso objetivo geral, portanto, é estudar a presença chinesa no Brasil, numa perspectiva comparada, durante os governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e início do governo Jair Bolsonaro.

Esta pesquisa se justifica pela relevância do tema no atual contexto mundial e nas relações exteriores do Brasil e é parte de uma pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo desde 2016 sobre a emergência da China no cenário internacional.

Breve histórico das relações comerciais e diplomáticas Brasil-RPC

A retomada dos contatos diplomáticos e econômicos de alto nível entre o Brasil e a RPC depois da revolução de 1949 foi turbulenta. Quando o presidente Jânio Quadros renunciou, em 25 de agosto de 1961, o vice presidente João Goulart estava fazendo uma visita à China acompanhado de uma delegação de 22 integrantes, dentre eles, parlamentares, industriais e representantes do Banco do Brasil e do Itamaraty, quando foi acordado o envio anual de delegações comerciais entre os dois países e iniciadas as tratativas para um acordo comercial (FARES, 2016). Jango, como era mais conhecido, voltou ao Brasil enfrentando uma tentativa de golpe de estado, que acabou limitando os seus poderes como novo presidente através da implantação casuística do parlamentarismo, depois revertido pelo plebiscito do presidencialismo.

Por outro lado, uma missão chinesa ao Brasil foi interrompida pelo golpe de 1964. No dia 31 de março, nove membros do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional, que já estavam em Genebra em conexão para o Brasil com o fim de fundar uma representação comercial permanente, tiveram que cancelar a viagem. Outros nove chineses que já se encontravam no Brasil foram detidos pelo DOPS e ficaram presos por um ano até serem deportados (FARES, 2016).

A venda de açúcar brasileiro à República Popular da China (RPC) teve início em 1970 e foi seguida de uma missão da Companhia de Café Cacique em 1971 a qual foi acompanhada do cônsul brasileiro em Hong Kong (na época, ainda ocupada pelo Reino Unido). O Brasil ainda mantinha relações diplomáticas com Taiwan, que era reconhecida pelo estado brasileiro como “República da China”. Com a RPC eram feitas apenas relações comerciais.

A retomada das relações diplomáticas de fez no momento em que o regime militar decide ampliar as relações exteriores do Brasil, incluindo países do campo dos “Países Não Alinhados” e quando, por outro lado, a RPC decide começar a encerrar o apoio a grupos revolucionários no Brasil e no mundo de modo geral. É também quando os EUA começam a retomar os contatos diplomáticos com a RPC, o que levaria a reatarem suas relações diplomáticas em 1979.

Mas o Brasil vai fazer isso antes que os EUA e em 1974 haverá a troca de embaixadores e a montagem das embaixadas em Pequim e Brasília.

Além das embaixadas nas respectivas capitais, o Brasil conta com Consulados-Gerais em Xangai, Cantão e Hong Kong e a China no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Brasil e China têm atuado também em mecanismos internacionais como BRICS, G20, OMC e BASIC.

A relação exportação/importação entre o Brasil e China começa a ter um salto quantitativo significativo a partir do início dos anos 2000. De acordo com os dados da Cacex, nos anos de 1960 e 1970, estas praticamente não existiam e representavam praticamente nada do total do comércio exterior do Brasil. As exportações brasileiras só começam a aparecer em 1972 (1,8% do total) e as importações a partir de 1979 (0,5% do total). Enquanto isso, as exportações para os EUA em 1960 e 1970 representaram respectivamente 44,4% e 24,7% enquanto as importações foram 31,0% e 32,9%.

A partir de 1972, a evolução das exportações brasileiras para China foi a seguinte: 1980, 0,4%; 1990, 1,2%; 2000, 2,0; 2002, 4,2%; 2003, 6,2%. E as importações foram: 1980, 1,1%; 1990, 0,6%; 2000, 2,2%; 2002, 3,3%; 2003, 4,5%³.

³ Dados da Cacex

Já a participação dos EUA nas exportações brasileiras chegou em 2002 em 25,7% e as importações foram 22,1% do total.

Isso mostra que, no início dos anos 2000, ainda antes do primeiro ano de governo de Lula da Silva, já tinha começado uma nova tendência de crescimento do comércio do bilateral entre China e Brasil, mas este vai começar a crescer mais significativamente a partir daí.

Considerando o contexto econômico mundial da época e o potencial exportador brasileiro de bens primários e o boom econômico chinês, é possível avaliar que independentemente do partido governante e de preferências ideológicas de parte a parte, a tendência era de crescimento das relações comerciais sino-brasileiras. Mas uma série de iniciativas que vão se constituir a partir de 2003 contribuíram efetivamente para potencializar a tendência.

Em 1993 (governo FHC), Brasil e China constituíram uma "Parceria Estratégica" e, em 2004 (governo Lula da Silva), foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)⁴.

A COSBAN passou a ser a instância permanente de mais alto nível para o diálogo e a cooperação bilateral e é presidida pelos vice-presidentes dos dois países. Desde sua constituição, foram realizadas cinco sessões plenárias em Pequim (2006), Brasília (2012), Cantão (2013), Brasília (2015) e Pequim (maio de 2019).

O comércio bilateral Brasil-China ampliou-se crescentemente, principalmente entre 2001 e 2018 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 98,9 bilhões. Em 2009 a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil e em 2012 se tornou o principal exportador de mercadorias para o Brasil.

Em 2018 (governo Temer), o Brasil exportou para a China US\$ 64,2 bilhões e importou US\$ 34,7 bilhões (contra US\$ 47,4 bilhões e US\$ 27,3 bilhões em 2017, respectivamente).

Em 2012 (Governo Dilma Rousseff), as relações foram elevadas ao nível de "Parceria Estratégica Global", foi estabelecido o "Diálogo Estratégico Global" entre Ministros das Relações Exteriores, e foi assinado o "Plano Decenal de Cooperação" (2012-2021).

Há também, desde 1988 (governo Sarney), um programa de cooperação espacial chamado CBERS ("Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China", em inglês), para – projeto pioneiro de alta tecnologia entre países em desenvolvimento para a construção e

⁴ Fonte: estes dados e os seguintes foram obtidos junto ao site do Itamarati.

lançamento de satélites. Foram lançados cinco satélites (1999, 2003, 2007, 2013 e 2014). Em 2013, foi a vez do Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022 ser assinado. Ele dá continuidade ao CBERS e amplia a cooperação espacial para satélites meteorológicos, serviços de lançamento e formação de pessoal. Para 2019, está previsto o lançamento do sexto satélite, o CBERS 04-A.

Destacamos aqui alguns eventos importantes nas relações bilaterais a partir do estabelecimento das relações diplomáticas em agosto de 1974 (governo Geisel). A primeira visita de alto nível foi do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro à China em março de 1984 (governo Figueiredo), que foi seguida da visita do próprio presidente Figueiredo em 1984 e do primeiro ministro chinês Zhao Ziyang ao Brasil em 1985.

Outras visitas de presidentes brasileiros à China ocorreram em 1988 (Sarney), 1995 (FHC), 2004, 2008 e 2009 (Lula da Silva), 2011 (Dilma Rousseff), 2016 e 2017 (Michel Temer). No governo Bolsonaro houve uma visita do vice-presidente Hamilton Mourão (maio) mas, segundo notícias da imprensa, há negociações para uma visita de Bolsonaro ainda em 2019.

Dos chefes de estado e governo da China ao Brasil, ocorreram as seguintes visitas: 1985 (Primeiro-Ministro Zhao Ziyang), 1993 (Presidente Jiang Zemin e Primeiro-Ministro Zhou Rongji), 1996 (Primeiro-Ministro Li Peng), 2001 (Presidente Jiang Zemin), 2004 e 2010 (Presidente Hu Jintao), 2012 (Primeiro-Ministro Wen Jiabao), 2014 (Presidente Xi Jinping), 2015 (Primeiro-Ministro Li Keqiang).

Em todos esses encontros houve a assinatura de atos conjuntos.

Além das visitas de chefes de governo e de estado aos países, ocorreram diversas reuniões bilaterais entre eles durante a realização de eventos em outros países e inúmeras visitas bilaterais de vice-presidentes, chefes do poder legislativo e judiciário, ministros de relações exteriores e de áreas da econômica. Além de diversas reuniões de fóruns multilaterais que têm a participação de ambos os países.

O mais recente evento relevante ocorreu em agosto de 2019, quando houve uma comemoração dos 45 anos de relações diplomáticas entre ambos países.

A maior delegação brasileira à China, entretanto, só ocorreu em 2004, quando Lula da Silva fez uma visita acompanhado de representantes de 450 empresas brasileiras e as relações diplomáticas com a RPC já haviam ganhado o status de “estratégica” (desde o

governo FHC) e havia sido criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Finalmente, em 2009 a China passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA.

Entre 2000 e 2010, o Brasil teve um saldo comercial superavitário significativo, exceto nos anos 2007 e 2008 (provocando um déficit de US\$ 1,9 bilhões), no entorno do início da chamada crise financeira mundial que se instala naquele momento. Sendo que a exportações cresceram mais que as importações e as taxas médias de crescimento de trocas comerciais bilaterais foram cerca do dobro do total do fluxo de comércio externo do Brasil.

Entretanto, apesar do saldo comercial positivo para o Brasil, enquanto as exportações chinesas foram altamente concentradas em bens industrializados, que em 2010 chegaram a cerca de 98% do total exportado ao Brasil, as exportações brasileiras se concentraram em bens primários (principalmente de origem agropecuária e mineração), chegando em 2010 a representar cerca de cinco vezes mais que os bens industrializados exportados. O que, como veremos, é característico de países periféricos e dependentes. E é um dado compatível com o processo de desindustrialização e reprimarização relativa da economia nacional brasileira e da nossa pauta de exportações em geral.

Por outro lado, é preciso considerar também que parte do rápido crescimento do volume exportado em dólares, também se deve ao significativo aumento do preço das commodities exportadas pelo Brasil no mercado internacional. Sendo assim, o aumento do valor das exportações não corresponde diretamente ao volume de bens exportados.

A exportação de capitais chineses ao Brasil

Como vimos, entre 1990 e 2015 a China se transformou no principal parceiro no comércio bilateral com o Brasil e o primeiro ou segundo de outros países da América Latina e Caribe. É o maior destino de exportações brasileiras (principalmente bens primários), seguida da UE (União Europeia), e a primeira origem de importações (seguida da UE). Os EUA ficam em terceiro lugar em ambos os fluxos.

Em 2015, o Brasil celebrou um pacote de acordos com a China, assinados pela então presidente Dilma Rousseff e o primeiro ministro chinês Li Keqiang. Esses acordos

envolveram US\$ 53 bilhões em investimentos através de 35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia, mineração e outras (ALMEIDA, 2015.b).

Além disso, a China também se propôs a financiar, via o banco estatal ICBC, US\$ 50 bilhões em obras de infraestrutura e ainda se dispôs a criar, em parceria com o Brasil, um “fundo bilateral de cooperação”, de cerca de US\$ 20 bilhões, para investimentos na produção e infraestrutura, que foi finalmente lançado em 2017. A soma de tudo, entre investimentos e financiamentos, poderia chegar a US\$ 123 bilhões, num prazo não explicitado.

Nem tudo estava muito bem definido, mas os acordos foram vistos como a “salvação da lavoura” diante da crise econômica e política, dos ajustes orçamentários e de investimentos que foram feitos no segundo mandato de Dilma Rousseff e depois aprofundados por Michel Temer. Com o impeachment, surgiram especulações de que haveria um retrocesso nas relações entre Brasil e China, devido seu caráter ser supostamente baseado numa proximidade política e ideológica.

Mas não foi isso o que ocorreu, pois nem o governo Temer nem os chineses criaram obstáculos para a sua continuação. Ao contrário, a primeira visita internacional de Temer foi justamente para a China (2016), visita repetida em 2017, tendo, em ambas ocasiões, se encontrado com o presidente Xi Jinping.

Em 2017 a China liderou o ranking de aquisições no Brasil, chegando a US\$ 8,8 bilhões. O montante superou os US\$ 8,4 bilhões de 2016, quando já havia liderado as aquisições em nosso país⁵.

Isso ocorreu paralelamente ao aumento do superávit comercial do Brasil com a China, que chegou a US\$ 22,30 em 2017 quando, em 2016, o saldo superavitário tinha sido de US\$ 11,76 bilhões.

O avanço dos investimentos chineses no Brasil segue a lógica dos seus investimentos no mundo, que cresceram de 0,1% no ano 2000, para 7,5% em 2015, quando totalizaram US\$ 100,6 bilhões, em 595 operações. Em 2016 foram US\$ 225,6 bilhões, através de 791 operações.

⁵ Nesta seção, utilizamos livremente trechos de ALMEIDA, 2017.b

A China já tinha liderado as compras em 2016 entre as estrangeiras, com US\$ 11,92 bilhões, ficando à frente dos EUA, que teve participação de 13,2%. Em 2015 foram US\$ 4,9 bilhões.

No Brasil, esse investimento tem variado. Em 2010 o Brasil foi mercado de compra de 25% desses investimentos, caiu para 14% em 2011, quase zero em 2014, crescendo de novo para 5% em 2015 e 2016. Em 2017, até abril, já era de 15%.

Empresários e analistas de mercado no Brasil veem isso como positivo, especialmente no momento em que Trump pretende reduzir investimentos de capitais estadunidenses fora do seu país e até mesmo repatriar parte dos já investidos.

Esse é o padrão dos investimentos da China em países da periferia, pois é uma busca de controle de recursos naturais.

A tendência é de aumento desses investimentos, especialmente com a ampliação de privatizações na forma de concessões, que já vinham se realizando durante os governos de Lula da Silva e crescido com Dilma Rousseff e a tendência continuou com incremento das privatizações e desnacionalização da economia durante o governo Michel Temer e o forte enfraquecimento das empreiteiras e outras empresas brasileiras a partir da Operação Lava Jato.

Como exemplo, a Odebrecht resolveu vender sua participação e controle do Aeroporto do Galeão (Rio de Janeiro), que é o segundo maior do Brasil, para a empresa chinesa HNA. Isso significa 60% do valor do lance da privatização em 2013 (governo Dilma Rousseff) que totalizou R\$ 19 bilhões.

Em junho de 2017, já sob o governo Michel Temer, Brasil e China colocaram em operação o Fundo de Cooperação para Expansão e Capacidade produtiva Brasil-China, com aporte de US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 15 bilhões do Claufound (Fundo de Cooperação chinês para investimentos na América Latina) e US\$ 5 bilhões de capitais brasileiros, de origem ainda não bem definida quando do início de sua operação. O lançamento do fundo havia sido feito em 2015 durante a visita do primeiro ministro chinês ao Brasil, conjuntamente com a ex-presidenta Dilma Rousseff.

A CCIBC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China) informa que existem dezenas de empresas chinesas interessadas e pesquisando a possibilidade de investimentos no Brasil. Algumas estão há três anos com escritórios no Brasil, investigando o mercado local.

Segundo as consultorias AT Kearney e Dealogic, entre 2015 e 2017 os chineses compraram 21 empresas no Brasil, totalizando US\$ 21 bilhões de dólares. A Eletrosul foi incorporada por uma subsidiária da Shanghai Electric para projeto de transmissão no Rio Grande do Sul, com investimento de R\$ 3,3 bilhões. Estão em processo de aquisição a Hidrelétrica de Santo Antônio e vários ativos de construtoras e ferrovias.

Os capitais chineses também adquirem empresas de outros países presentes no Brasil, como foi o caso da Anglo American Fosfates do Brasil e da Anglo American Nióbio do Brasil. Foi também o caso da holandesa Nidera, que teve 100% do seu capital controlado pela estatal chinesa Cofco Agri, sendo que metade de seus 14 mil funcionários estão no Brasil.

O embaixador do Brasil em Pequim durante o governo Temer, Marcos Caramuru, declarou que a China “não é concorrente do Brasil” porque é um grande comprador de matérias primas brasileiras. Em 2016, o intercâmbio foi de US\$ 58,49 bilhões, sendo que as exportações brasileiras foram de US\$ 35,15 bilhões e o saldo superavitário de US\$ 11,76 bilhões. As importações chinesas correspondem a 40% de todo o superávit do Brasil em 2016.

O embaixador parte de um raciocínio simplista, reproduzindo o discurso dos últimos governos, que considera apenas o quantitativo comercial, desconsiderando o qualitativo que incide sobre a concorrência direta das mercadorias industrializadas chinesas com a base industrial interna ao território brasileiro e a penetração direta de capitais, que aprofundam a dependência do país.

Como se vê, os investimentos chineses, pelo menos por enquanto, se concentram na área de infraestrutura, especialmente transporte e energia, e no agronegócio. Em 2016, a Three Gorges ficou com a concessão das usinas hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, no Rio Paraná. State Grid ficou com as linhas de transmissão de Belo Monte para a região Sudeste. É também o caso da CPFL Energia. Outro setor prioritário é a mineração. Em 2017, os investimentos estiveram também concentrados nestes setores.

Além dos interesses diretos nestas áreas, os chineses tem expertise em infraestrutura com a tecnologia e experiência acumulada em suas próprias grandes obras nacionais.

Enfim, entre 2003 e 2018, a China investiu US\$ 54 bilhões no Brasil, sendo que 89% para aquisição de empresas já existentes, chamadas de “brownfield” e 11% em investimentos

em novos projetos (“greenfield”). Compraram 72 empresas em funcionamento no Brasil e investiram em 29 projetos novos. 84% dos investimentos foram nos setores de energia, mineração, petróleo e gás.

E, segundo o ministério do Planejamento, ao final de 2018, a China já tinha investido US\$ 69,2 bilhões, quantitativo que inclui investimentos em 155 projetos já desenvolvidos ou confirmados.

Além destes, no final do ano de 2018 haviam mais 162 investimentos anunciados no valor de US\$ 64,7 bilhões, totalizando, entre efetivados, confirmados e anunciados, US\$ 133,9 bilhões⁶.

É, portanto, esse processo, aqui designado de “exportação de capitais”, que faz mudar qualitativamente a presença econômica e política da China nos países da América Latina e em países de outros continentes, sendo um dos critérios fundamentais para levantar a hipótese da caracterização de sua presença como “imperialista”, na acepção do termo dada por Hobson em 1902, Lenin em 1916 e Bukharin em 1915, além de outros autores que atualizaram o estudo da questão. Outro elemento fundamental no conceito é a de construção de áreas de influência das empresas e estados de países de economia capitalista monopolista. Na origem, como veremos adiante, estas áreas de influência se constituíam na forma de colônias mais ou menos explícitas e semicolônias (ou neocolônias). Entretanto, registramos que a caracterização da China como país imperialista não é simples, sendo motivo de polêmicas e entendimentos diferenciados mesmo entre autores que partem do conceito de “imperialismo” como Callinicos (2005), Achcar (2010) e Losurdo (2004).

A presença do capital financeiro chinês no Brasil

No setor financeiro, a China também avança no Brasil, onde identificamos oito bancos chineses em operação. O principal é o Industrial & Commercial Bank of China (ICBC), a maior instituição financeira da China e do mundo, com ativos de US\$ 3,062 trilhões no fim de 2014. É um banco de investimento, oferecendo atualmente apenas serviços integrados de “corporate banking”, mas analisa a possibilidade de atuar diretamente no

⁶ CARIELLO (2019) e CEB (2013).

varejo e não afasta a possibilidade de adquirir outros bancos e instituições financeiras no Brasil.

O BOC (Banco da China), está no Brasil há mais tempo e oferece atualmente serviços de banco de varejo e de “corporate banking”. Embora os ramos dos negócios do BOC e do ICBC sejam diferentes, o público consumidor alvo é semelhante. Estão ainda presentes o CCB (China Construction Bank) e o Banco de Desenvolvimento da China (BDC), que tem um escritório de representação, localizado no Rio de Janeiro.

Além destes, o BOC e o ICCB adquiriram o Bicbanco, possuindo numerosas agências e tendo como principais clientes empresas de pequeno e médio porte.

O Banco Haitang de Shangai comprou o português Banco do Espírito Santo e, através dele, passou a atuar no Brasil. O banco Fosum de Shangai comprou o Banco Rio Bravo e o Bank of Communication (BoCom) adquiriu 80% do Banco da Bahia (BBM), fundado em 1898, por R\$ 525 milhões e com ativos de cerca de três bilhões de reais. O BoCom tem 2,9 mil agências na China e 56 escritórios no exterior, além de ativos de cerca de um trilhão de dólares.

Nos financiamentos, a prioridade é dar suporte às empresas chinesas que estão investindo no Brasil, mas não se limitam a elas.

Bolsonaro, a China e as contradições com as frações do capital que o apoia

Uma das questões exploradas na campanha de Jair Bolsonaro foi a política de relações exteriores dos governos do PT e até mesmo de outros governos anteriores. Elas foram consideradas por ele, de modo geral, como “ideológicas”.

Entre as mais questionadas, esteve a relação com a China, que, segundo ele, estaria sendo realizada devido a posições ideológicas próximas entre os governo do PT brasileiro e do PC chinês. Também destacou que a China estaria dominando o Brasil, sendo um “predador” que pretendia “comprar” nosso país. E ele, como “patriota”, pretendia defender nossa pátria, se livrando dos chineses.

Com sua retórica anti-China, chegou ao ponto de visitar Taiwan, o que é considerado uma afronta à integridade territorial da RPC, que considera a ilha parte da China temporariamente fora do seu controle.

O discurso de retórica patriótica de Bolsonaro, tem uma base claramente farsesca. Na verdade, é um modo de fazer o discurso anticomunista pois, ao mesmo tempo, ele é um defensor explícito de uma política francamente aberta e submissa em relação aos EUA e seus capitais.

Essa é a linha do setor do seu governo orientado pelo guru Olavo de Carvalho e que tem como principal expoente no seu governo, além do próprio presidente, o ministro das Relações exteriores Ernesto Araújo.

Sua pauta real é de alinhamento automático e atrelado à política externa de Donald Trump e aos interesses econômicos do grande capital estadunidense. Fazem parte de sua identificação com a política de Donald Trump as privatizações, arrocho interno para pagar juros extorsivos dos banqueiros, maior abertura econômica, leilões de petróleo, base aeroespacial dos EUA em Alcântara, venda da Embraer à Boeing, transferência da embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém, apoio ao golpe na Venezuela e até insinuações de intervenção militar naquele país, além de uma visão de mundo racista, machista, homofóbica e uma xenofobia dirigida a povos dominados, entre outros.

Diante das sinalizações e ameaças explícitas de Bolsonaro com vistas a restrições nas relações econômicas com a China, governantes, empresários e órgãos da mídia daquele país reagiram, tanto com articulações institucionais, como com lobbies, declarações públicas, reportagens e editoriais “semi-oficiais” na mídia chinesa.

Mas o principal obstáculo à aplicação de seus desejos e discurso ideológicos vem da própria base social interna de Bolsonaro, os fortes setores empresariais brasileiros interessados em manter e até ampliar as relações econômicas com a China.

A visita de uma delegação de deputados e senadora do partido de Bolsonaro (PSL) à China foi a ponta do iceberg do problema. O grupo foi, a convite dos chineses, para conhecer produtos e serviços de exportação daquele país, especialmente um sistema de segurança. É um sistema de reconhecimento facial digital de vanguarda tecnológica e fabricação do país asiático. Isso gerou um vexame público no Brasil.

O guru de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, logo desferiu duros ataques ao grupo de deputados, chamando-os de analfabetos, caipiras e porcarias. Mas recebeu respostas igualmente agressivas e com xingamentos dos parlamentares e assessores, que argumentaram em favor de “relações racionais” e lucrativas com os chineses.

O aviso é claro, um dos setores mais importantes da base social de Bolsonaro, o agronegócio e outras frações do capital, seus empresários e seus representantes no Congresso, não vão aceitar trocar seus interesses materiais por discursos ideológicos irracionais.

Querem continuar com uma relação pragmática com a China, impulsionada principalmente desde o governo Lula. Ou seja, manter o mercado para a exportação de suas commodities e importação de capitais chineses através de financiamentos e investimentos diretos na construção e administração de uma infraestrutura privada para reduzir seus custos de produção e no escoamento da produção. Que é tudo que a China também quer, é claro, contanto que sua exportação de mercadorias e capitais não seja prejudicada.

O resultado tem sido que Bolsonaro e seu governo tem evitado fazer críticas à China e até o momento não interpôs obstáculos a que tudo continue mais ou menos como antes. Tem dado declarações favoráveis à continuidade de relações positivas com a China, o seu vice esteve na China onde foi recebido por Xi Jinping (fato fora do normal pois, como regra protocolar, quem recebe vice-presidentes são seus correspondentes).

Além disso, as relações comerciais não dependem somente do governo federal. O empresariado, diretamente, e os governos estaduais e prefeituras também as fazem e as estão patrocinando, buscando “atrair investimentos”. Exemplo significativo, foi o contato formal que o chamado “Consórcio dos Estados de Nordeste” já fez com a embaixada da RPC para negociar investimentos.

As relações econômicas e diplomáticas da China na América Latina

As relações econômicas pragmáticas da China com o Brasil e a ofensiva de exportação de capitais chineses não são fatos isolados, pois estão relacionados tanto à ação chinesa no conjunto da América Latina, como em termos planetários.

De acordo com o ministério de relações exteriores da China, a região da América Latina e Caribe é o segundo receptor de investimentos do país, ficando apenas atrás da Ásia⁷.

Em 2008, o governo Chinês elaborou o primeiro documento sobre sua política para a América Latina e Caribe. Em 2014, ocorreu em Brasília uma reunião de líderes chineses

⁷ Nesta seção utilizamos livremente trechos de ALMEIDA, 2017.b.

com seus colegas da América Latina, que foi uma espécie de marco para uma nova fase das relações.

O documento oficial chinês, divulgado por suas embaixadas, afirma que a parceria não se destina a se contrapor a outros países nem exclui acordos com terceiros. A China afirma respeitar as escolhas políticas internas de cada país como base para as suas relações econômicas e políticas e o princípio de “uma só China”, rejeitando qualquer hipótese de reconhecimento de Taiwan como estado. Reafirma seus princípios gerais de coexistência pacífica com base num “quinteto” formado por: a) confiança política mútua; c) ganhos econômicos compartilhados; d) intercâmbio e aprendizado cultural mútuo; b) colaboração estreita nos assuntos internacionais; e) fomento mútuo e cooperação integral e relações bilaterais. O documento inclui a intenção de fazer investimentos e financiamentos em praticamente todos os setores econômicos.

É um texto muito claro sobre suas intenções de ampliar e aprofundar sua presença econômica e política na região, mas guardando sua política pragmática e um discurso “diplomático”.

Em 1998, as empresas chinesas já tinham presença em 24 países latino-americanos, mas principalmente voltadas para o comércio, via exportação e importação (CINTRA, 2013 e GULLO, 2015). Agora é também um exportador de capitais em diversos setores, aprofundando relações econômicas e políticas em grande parte da região que, assim, diversifica suas relações econômicas, mas sem fugir de uma posição de dependência.

A emergência chinesa após sua conversão capitalista

Desde 1978, quando iniciou seu processo de reformas econômicas, a China percorreu um caminho progressivo em direção a uma economia capitalista, com um avanço da propriedade privada, a constituição de um mercado de trabalho liberalizado e a integração na economia mundial já orientada pelo mercado e aceitando oficialmente o livre-cambismo da OMC (SOUZA, 2018).

Segundo o Banco Mundial, a economia da China ultrapassou os EUA em 2015. O estudo usa um critério de paridade de poder de compra (PPP), que objetiva fazer uma comparação do tamanho real de economias diferentes. Esta é também a conclusão da Agência Moody's.

Entre 2005 e 2011, o PIB chinês foi de 43,1% para 86,9% do PIB dos EUA. Da mesma maneira, a Índia ficará em 3º lugar. Pelo critério do FMI (PIB Nominal), os EUA continuam sendo a maior economia e a RPC a segunda.

O crescimento do PIB da China foi de 7,4%, em 2014, 6,9% em 2015, 6,7% em 2016, 6,9% em 2017, 6,6% em 2018 e tem previsão de 6,2% em 2019 e 6,0 em 2020. Nos EUA foi respectivamente de 2,4% em 2014, 2,4% em 2015, 1,6% em 2016, 2,3% em 2017, 2,9% em 2018, e tem previsão de crescimento de 2,6% em 2019 e 2,0 em 2020. A previsão de crescimento do produto mundial é de 3,2% em 2019 e 3,5% em 2020⁸.

A crise mundial e as contradições do capitalismo também se abatem sobre o gigante asiático, onde a taxa de crescimento tem caído progressivamente, mas este ainda se mantém com uma taxa de crescimento que é de cerca do dobro da taxa média mundial. Ademais existem fortes contradições e luta social que podem se agravar num processo de crise prolongada e dificuldades econômicas (BUDD, 2018.a e 2018.b).

Além disso, a China já tem o maior PIB industrial; é o maior exportador e 2º importador no mundo; amplia a exportação de capitais; possui a maior parcela de títulos da dívida dos EUA; e compra terras em outros países.

A lógica que impulsiona a expansão da exportação de capitais chineses em todo o mundo é a mesma que fez nascer e impulsionar o imperialismo em geral. A busca de lucratividade a partir da transnacionalização de suas empresas monopolistas, a garantia de mercados para seus produtos industrializadas e a garantia de fornecimento de matérias primas, alimentos e fontes de energia.

No caso da América Latina, isso foi reforçado com o aprofundamento da crise mundial em 2008, com o decorrente endurecimento da crise econômica nos países da região, provocando uma diminuição das taxas de crescimento de PIB anual interno e o correspondente rebaixamento do poder de compra e do mercado interno.

Diante da crise mundial e sua presença na própria China, mesmo que com menor impacto que em outros países, o governo chinês passou a estimular com mais vigor suas empresas a avançar seus investimentos internacionais para dar fluxo a seus capitais, para conquistar mercados, dominar novas tecnologias e garantir matérias-primas.

⁸ Todos os dados referentes ao PIB mundial e dos países aqui apresentados são do FMI.

Segundo a consultoria Dealogic, vemos a seguir as dez maiores fusões ou aquisições de empresas estrangeiras por empresas chinesas até o final de 2015, em valores que não incluem as dívidas contraídas por essas empresas e assumidas pelos compradores. O que significa que, de fato, o investimento tem sido maior.

A China National Chemical Corporation (ChemChina) ofereceu 43 bilhões de dólares pelo grupo suíço Syngenta e seu conselho administrativo aceitou a transação. Aquisição e controle do grupo energético canadense Nexen, em 2013, por 15,2 bilhões de dólares pela petroleira estatal CNOOC. A Chinalco alumínio compra parte minoritária da anglo-australiana Rio Tinto, por 14,3 bilhões de dólares. O China Cinda Asset Management (fundo público) compra o Nanyang Commercial Bank, de Hong Kong, por 8,8 bilhões de dólares (2015). Também em 2015, a ChemChina compra a fábrica pneus Pirelli (Itália) por 7,9 bilhões de dólares. O controle da companhia petrolífera suíça Addax Petroleum, comprada pela Sinopec por 7,3 bilhões de dólares (2009). A Sinopec também compra 40% das operações petrolíferas no Brasil da espanhola Repsol por 7,1 bilhões de dólares (2010). A mina Las Bambas, no Peru, de propriedade da Glencore Xstrata, foi comprada por 7 bilhões de dólares pela estatal China Minmetals Corp (2014). O fundo soberano China Investment Corp comprou 9,9% do capital do banco de investimentos Morgan Stanley (EUA) por 5,6 bilhões de dólares em 2007. O Industrial & Commercial Bank of China (ICBC) compra 20% do sul-africano Standard Bank, por 5,5 bilhões de dólares (2007). O grupo chinês Haier compra o setor de eletrodomésticos da General Electric (EUA) por 5,4 bilhões de dólares (2016).

Segundo o World Investment Report publicado em 2016 pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a China é o terceiro destino de investimentos estrangeiros do mundo, atrás dos EUA e de Hong-Kong (que é uma Região Administrativa Autônoma da China). Por outro lado, já é o terceiro investidor mundial, atrás dos EUA e do Japão.

O recrudescimento da crise mundial e o cerco dos EUA em torno da Rússia, especialmente as ameaças diretas sobre os dois únicos países onde esta tinha bases militares no exterior (Ucrânia e Síria) e a ofensiva contra a China provocaram um processo historicamente inédito de aliança entre a China e a Rússia que teve grande impacto geopolítico e econômico e alterou as relações de força internacionais.

China e Rússia são hoje países complementares economicamente, politicamente, tecnologicamente e militarmente falando. Têm vantagens realistas num processo de aliança e cooperação, ainda mais diante de uma ameaça maior, que têm sido os EUA (FACON, 2018).

Esta aliança permitiu que ambos estados e governos ficassem mais à vontade para agir internacionalmente de modo mais soberano. Um no ambiente principalmente econômico (China) e o outro principalmente na vertente política e militar. As declarações conjuntas não tem sido agressivas, defendem a paz e o multilateralismo. Mas, são bem enfáticas na defesa de princípios de soberania e de apoio mútuo em situações de agressão externa.

Este avanço chinês também tem se refletido na percepção da população de 38 países onde foi realizada pesquisa do Centro de Pesquisa PEW. 42% consideram os EUA como líder econômico mundial, mas 32% já entendem que a liderança é da China. A China é apontado como principal em sete dos dez países da União Europeia (UE) onde a pesquisa foi aplicada. Isso também é percebido nos países da América Latina onde foi feita: Argentina, Brasil, Chile, México e Venezuela. Melhora também a imagem chinesa, que está em empate técnico com os EUA (diferença de dois pontos a menos), quando entre 2014 e 2016 era de 14% favorável aos EUA. O governo Trump deve ter contribuído para a piora da imagem dos EUA.

Imperialismo e dependência

A expansão dos chineses e sua presença econômica cada vez maior no Brasil pode ser entendida a partir dos conceitos presentes nas teorias marxistas do imperialismo e da dependência.

Faremos a seguir uma exposição das bases teóricas e históricas do imperialismo partindo de Vladimir Lenin e de outros autores marxistas assim como de autores identificados com a Teoria Marxista da Dependência que trataram da questão posteriormente, atualizando seu conceito. Isso é estudado de modo combinado com a análise do atual momento da crise estrutural do capitalismo.

Verificaremos as transformações do imperialismo considerando quatro momentos históricos abrangentes: do início do século XX, quando se afirma o conceito de imperialismo, até a segunda guerra mundial; o período que vai do final da segunda grande

guerra até o rompimento do Acordo de Breton Woods em 1971; o novo período que compreende a ofensiva de políticas neoliberais e a financeirização da economia, e que passa pelo fim a União Soviética, pela globalização imperialista com os EUA assumindo posição de potência hegemônica unipolar e recrudescimento da crise do capitalismo; e o momento atual, que é o nosso foco prioritário de pesquisa original, e no qual se dá a emergência da China como potência.

Em 1916, Vladimir Lenin publicou um estudo inovador sobre o desenvolvimento do capitalismo na virada do século XIX para o XX. Partindo de contribuições de outros autores e de uma pesquisa empírica própria, concluiu pela vigência de uma “fase superior do capitalismo”, que chamou de “imperialismo”, caracterizada por uma série de particularidades.⁹

Segundo ele, as principais particularidades que provocaram uma mudança qualitativa no capitalismo, são: aumento da concentração do capital em grandes empresas, gerando um predomínio econômico dos monopólios, diferente da fase anterior principalmente baseada na concorrência de empresas não monopolistas. A ampliação do papel do capital financeiro, que vai se monopolizando e ganhando preponderância sobre o capital industrial, mas sendo principalmente um capital financeiro que tem base na economia real e usufrui parte do valor gerado na produção. Política de exportação de capitais dos grandes centros para outros países, buscando a exploração do mais valor nestes. Repartição do mundo em áreas de influência (de estados imperialistas e dos grandes monopólios) visando garantir os espaços para a extração de recursos naturais da periferia para o centro e mercado para a canalização de excedentes produzidos no centro, significando isto que o neocolonialismo baseado na exportação de mercadorias industrializadas em troca de matérias primas convive com a exportação de capitais e a implantação de empresas de países centrais na periferia (colônias e semicolônias). É um processo que, pela concentração de riquezas, permite a cooptação do proletariado dos centros capitalistas, atendendo reivindicações de melhores condições de vida (LENIN, 2008).

Naquele momento, não havia uma potência imperialista hegemônica inquestionável e a disputa por recursos, mercados, colônias e áreas de influência gerara a deflagração de guerras interimperialistas, como a primeira e a segunda guerras mundiais.

⁹ Nesta seção, utilizamos livremente trechos de ALMEIDA (2015.b e 2017.a)

Atílio Boron (2005) reafirma a atualidade do imperialismo, que mantém as suas características essenciais, mas identifica que, após a 2ª Guerra Mundial, alguns elementos da conceituação de Lênin foram superados. As guerras interimperialistas saíram de cena, dando lugar a uma convergência interimperialista com ataques dirigidos a países da periferia. Surge, assim, uma segunda fase globalizada do imperialismo, uma nova etapa superior.

Outras novas características são: grandes monopólios transnacionais; agências econômicas - FMI, Banco Mundial, OMC; desenvolvimento do capital financeiro especulativo muito maior que o mais valor gerado na produção; grandes mídias internacionalizadas; estados formalmente independentes (fim das colônias) e governos democráticos submissos; privatizações e desregulamentações; aumento da dependência dos países da periferia e maior centralização nos EUA, que se consolidam como potência imperialista hegemônica pela força econômica, financeira, tecnológica, política, cultural e militar.

Mas a sua hegemonia, no sentido gramsciano (GRAMSCI, 2000), começa a se enfraquecer, pois sua supremacia econômica diminui e há uma perda de prestígio dos EUA na sociedade civil mundial. Enquanto isso, a China começa a despontar como potência.

François Chesnais também vê transformações no imperialismo, que se tornou uma totalidade sistêmica. Além das fases demarcadas por Boron, ele identifica uma terceira fase (que seria a atual), que começa na década de 1970, quando passa a haver uma grande preponderância do capital financeiro, gerando “um regime de acumulação com predomínio rentista”, que coincide com o período neoliberal. Este tipo de capital financeiro é diferente do referido por Lenin, pois não está lastreado no mais valor gerado na produção e é fruto da especulação (CHESNAIS, 1996, 2005 e 2007). Hoje, o capitalismo está dominado pelo capital parasitário por ser uma opção mais lucrativa diante da crise resultante da tendência da queda da taxa de lucros (MARX, 1980 e ROSDOLSKY, 2001).

Neste processo, a China se integrou plenamente à valorização planetária capitalista, com a particularidade de ser núcleo de acumulação produtiva e já manifesta características de país imperialista.

Há aí uma nova contradição, pois os investimentos e o crescimento econômico da China são necessários aos EUA (e ao capital em geral) para enfrentar a queda tendencial da taxa de lucro e a compressão da acumulação, pois a superexploração do trabalho naquele país

gera mais “mais valor” e maior lucro. Mas, ao mesmo tempo, ao incentivar o avanço industrial e tecnológico de países como a Índia e a China, isso facilita a vida de “grandes rivais”.

Istvan Mészáros (2003 e 2002) também vê mudanças no capitalismo em sua fase imperialista. Ele define três períodos do imperialismo, denominando o atual de “Imperialismo global hegemônico”, que se caracteriza por: a) Os EUA se afirmam como força hegemônica, inclusive em relação aos demais países imperialistas; b) A eclosão da crise estrutural do capitalismo “ocorrida na década de 1970 produziu mudanças importantes na postura do imperialismo”, cada vez mais “agressiva e aventureira” e isso promove o potencial de autodestruição da humanidade tanto militarmente como por meio do curso destrutivo da natureza.; c) A necessidade imperativa de um “governo global”, com estrutura abrangente, presidido pelos EUA; d) A impossibilidade disso acontecer, devido as contradições entre as diversas frações do capital vinculadas a estados nacionais. Esta parece ser a principal contradição do capitalismo hoje, mas seria ilusório crer no declínio dos EUA como potência hegemônica.

Para David Harvey (2004), após a década de 1970, ampliou-se a “acumulação por espoliação”, pois os EUA perderam o domínio da produção. Surgiram “subimperialismos”, na Europa, Leste da Ásia e Sudeste Asiático, que disputam áreas de influência, que hoje são mais superpostas.

Os EUA ainda têm vantagem na produção de tecnologia, mas estão em declínio, como pode ser visto com os seguintes dados: as patentes estrangeiras registradas nos EUA aumentaram de 40 para 50% entre 1980 e 2003; aumentam os estrangeiros que ganham prêmio Nobel; pesquisadores formados nos EUA voltam mais a seus países de origem; 400 grandes empresas estrangeiras instalaram grandes institutos de pesquisa na China; a pesquisa nos EUA está em declínio; a taxa de lucro fora dos EUA é maior; 20% de Wall Street pertence a estrangeiros; a competição internacional vai ficando mais difícil. É uma ilusão pensar numa recuperação da economia mundial confiando numa recuperação dos EUA.

Por outro lado, a China vai se transformando numa potência econômica, mas não tem autonomia militar.

Para Harvey, há uma lógica de poder conduzida por imperativos territoriais e interesses políticos na esfera estatal. E uma lógica capitalista de poder que decorre do acúmulo de dinheiro, com certa autonomia em relação aos estados. Ficam as perguntas: de onde virá a nova onda de inovação? Isso levará a uma maior integração entre as economias e os estados ou a um maior tensionamento político-estatal?

Ruy Mauro Marini (2011), um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), parte do conceito de imperialismo para, com um olhar partir da periferia, desenvolver o conceito de “dependência”. Para ele, a América Latina se desenvolve, desde o período colonial, em estreita relação com a dinâmica internacional do capitalismo, contribuindo para a acumulação de capitais comerciais e bancários que propiciaram o avanço da manufatura na Europa e a Revolução Industrial. Sendo assim, a “dependência” tem a colonização em sua raiz mas, hoje, é uma relação entre nações formalmente independentes, na qual há uma subordinação econômica de uma delas, onde as relações de produção são alteradas ou recriadas e reajustadas para manter a reprodução ampliada do capital na forma de dependência. A consequência é a reprodução da dependência e a geração de um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Esse processo não se constrói necessariamente ou principalmente a partir de pressões diplomáticas e agressões militares originadas de nações mais poderosas, mesmo que isso seja comum. Isso pode ocorrer e tem ocorrido, mas, com o desenvolvimento do mercado mundial capitalista, o uso de recursos extraeconômicos como a colonização e as agressões políticas e militares não é indispensável para haver uma exploração de uma nação sobre outras. Basta que a exploração econômica se desenvolva a partir da reprodução das relações econômicas que reforçam e perpetuam a dependência.

Jaime Osório (2012) busca fazer uma atualização da TMD a partir do conceito de Padrão de Reprodução do Capital (PRC). As burguesias dos países dependentes não tiveram e não têm vontade política para romper com a imersão subordinada na divisão internacional do trabalho. Se satisfazem em usufruir de uma parte dos lucros, gerando uma associação subordinada com o grande capital internacional.

E o PRC que se impõe, inclusive com o apoio e participação das classes dominantes e elites políticas dominantes da periferia, é um padrão de exportação de especialização produtiva que gera dependência, agora pela via da desindustrialização e reprimarização relativa das

economias da periferia. A China seria uma exceção da regra pois, ao tempo que se adaptou à tendência de acumulação do capital e do mercado internacional, o fez com base num projeto nacional próprio, de modo a romper com a lógica de reprodução da dependência.

Marcelo Gullo (2015) considera que a China é o maior exemplo contemporâneo de insubordinação ideológica e impulso estatal. A partir de uma revolução que gerou um estado soberano em 1949, pode, no final da década de 1970, realizar reformas que abriram sua economia para o mercado capitalista, e importar conceitos, técnicas e capitais que foram usados no interesse nacional da China. E realizar isso até dar um salto de qualidade tecnológico que pode fazer a China se transformar na maior economia do mundo.

Gullo desenvolve sua teoria baseando-se no estudo de várias nações que se tornaram potências, como a Inglaterra, EUA, Alemanha, Japão e China. A regra geral, segundo ele, foi a disposição de uma elite de enfrentar uma situação de subordinação nacional e construir uma vontade política expressa em políticas de estado, para romper com a subordinação e fundar as condições de soberania para a emancipação nacional e projeção internacional.

Como veremos, estas referências mínimas são fundamentais, pois permitem uma melhor compreensão do contexto atual dos conflitos internacionais, como a emergência chinesa e uma possível relação de dependência que esteja construindo no Brasil.

Considerações finais

Como vimos neste artigo, o padrão das mercadorias comercializadas entre o Brasil e a China é do mesmo tipo daquele existente com os países tradicionalmente centrais do capitalismo, ou seja, baseado principalmente na exportação de produtos industrializados e importação de bens primários.

Esse processo está ligado a todo o crescimento econômico da China e de sua capacidade industrial exportadora e a força dos seus bancos. Está razoavelmente identificado também que esse processo tem contribuído significativamente para a privatização, desnacionalização, desindustrialização e primarização relativa da economia na América Latina de modo geral.

O discurso predominante entre os dirigentes de países dependentes e também da parte dos governantes chineses é de que isso se faz para o fortalecimento das relações Sul-Sul e/ou numa relação de “ganha-ganha”. Em alguns discursos essa relação aparece também como se fosse uma contraposição às relações Norte-Sul.

Entretanto, de fato, o padrão da relação entre a China e a periferia é do mesmo tipo das relações que os países tradicionalmente centrais do capitalismo constroem, que é um padrão centro-periferia.

Analisando essa realidade a partir do referencial teórico marxista sobre a questão do imperialismo e da dependência acima exposto e dos dados empíricos preliminares apresentados, é possível sustentar a hipótese de que a China mantém no Brasil uma relação com características de país imperialista.

O aprofundamento da crise mundial, seus impactos em todo o continente, incluindo os EUA, onde se abriu também uma situação de forte instabilidade política, criaram as condições e, ao mesmo tempo, forçaram um processo de ofensiva na transnacionalização das empresas monopolistas chinesas em todos os setores econômicos, inclusive o bancário.

Isso não é uma questão de vontade pura e simples. Como vimos no conceito de imperialismo, dentro da lógica do capitalismo monopolista, não há outra alternativa para grandes empresas e para os estados que as representam que não seja sua expansão transnacional de tipo imperialista. E quando isso se faz em países dependentes que aceitem acriticamente esse tipo de dependência, isso promove, reforça e reproduz a dependência.

No mesmo sentido, enxergando as relações construídas a partir do olhar da Teoria Marxista da Dependência, e considerando o histórico das classes dominantes brasileiras e suas elites políticas de modo geral, a tendência que começou a se manifestar no final do segundo mandato de FHC, que avançou quantitativamente e qualitativamente nos governos de Lula da Silva de Dilma Rousseff e chega a nossos dias, independem de vontades ideológicas individuais dos governantes, como no caso de Bolsonaro. Pois todos têm governado dando prioridade às frações hegemônicas do Bloco de Poder em todos os governos, de FHC até o atual.

Qualquer das versões do neoliberalismo, seja com um estado mais ativo no sentido neodesenvolvimentista (como os governos petistas), seja o ultraliberal (nas versões de

Temer e Bolsonaro) ou meio termos como os governos de FHC e o segundo mandato de Dilma Rousseff, levam a isso.

Qualquer governo que se sustente dentro de um Bloco de Poder sob a hegemonia do capital financeiro e do setor primário exportador, vai reproduzir esse tipo de política econômica que visa exportar bens primários, importar bens industrializados e tecnologia e tomar medidas facilitem a “atração de capitais externos”, aprofundando a dependência. Uns mais do que outros, mas todos aliados da dependência nacional.

A política econômica estabelecida no Brasil no período petista de governo, durante os “bons momentos” do chamado neodesenvolvimentismo, abriu espaço para o fortalecimento dos interesses econômicos da China, com base principalmente nas trocas comerciais.

Na América Latina, a manifestação mais retardatária da crise em vários países, especialmente nos mais importantes, no momento em que os EUA vinham perdendo protagonismo, facilitou a maior penetração direta de capitais chineses.

É dentro deste contexto mais geral que a política econômica estabelecida no Brasil, especialmente a partir do aprofundamento da crise econômica, do esgotamento do modelo neodesenvolvimentista (ALMEIDA, 2016) e do enfraquecimento das empreiteiras nacionais, passou a se aprofundar a exportação de capitais de lá pra cá. Com Dilma Rousseff e depois com Michel Temer se ampliaram os espaços para o fortalecimento dos interesses econômicos da China.

Não foi uma decisão aligeirada. Faz parte de um grande esforço expansionista chinês, especialmente nos últimos anos, mais animado a partir de importantíssimos acordos geopolíticos estratégicos, inclusive militares, firmados com a Rússia e com os países da região da Ásia e Pacífico, vencendo certas pretensões dos EUA.

Portanto, esta nova ofensiva chinesa na América Latina e no Brasil em particular, promove um salto de qualidade favorável aos asiáticos. Trata-se de exportação de capitais, na forma de investimentos e financiamentos, uma das características principais de um país imperialista. Fortalece a hegemonia da China e a dependência do Brasil e demais países latino-americanos, inclusive dentro do bloco dos BRICS, onde a posição brasileira acaba sendo subordinada.

Contraditoriamente com o discurso anti-China da extrema-direita, a Operação Lava Jato acabou facilitando a entrada de capitais chineses no Brasil. E a política anti-China de Donald Trump também facilitou um aumento das exportações brasileiras para China depois dos governos do PT. Ajudando, assim, a manter aberto o mercado brasileiro para mercadorias industrializadas investimentos diretos de capitais chineses, independentemente de qual seja o governo que esteja reproduzindo a dependência.

Dentro desse todo, a centralização política de Bolsonaro por sua base social do setor primário exportador remete também à discussão sobre a importância das lutas de classes e frações de classe no âmbito nacional para a definição de suas relações internacionais.

Referências Bibliográficas

ACHCAR, Gilbert. “Rethinking imperialism: past, present and future”, 2010. <http://isj.org.uk/rethinking-imperialism-past-present-and-future/> acesso em 30/03/2017.

ALMEIDA, Jorge. “A crise mundial continua e se complica”. In: CLOUX Raphael, *Discussões educacionais, religiosas, artísticas e habitacionais*. Salvador, Editora Kawo-Kabiyesile, 2017.

ALMEIDA, Jorge. “Contribuição para entender a crise atual no Brasil”. In: *Crítica Marxista*, vol. 42, São Paulo, 2016.

ALMEIDA, Jorge. “O imperialismo é um tigre Chinês”. *Folha de S. Paulo*, seção Tendências/Debates, São Paulo, 17/06/2015.b.

ALMEIDA, Jorge. “Uma nova fase do imperialismo?” *Anais do VIII Colóquio Marx e Engels*. UNICAMP, Campinas 14 a 17 de julho de 2015.a. http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/index.php?texto=gt4&menu=on acesso em 03/02/2017.

ALMEIDA, Jorge. A presença chinesa na América Latina. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, ALACIP. Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017. Publicado nos Anais do Congresso em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPIjtzOjQ6IjMyNDi03i03M6>

[MTToiaCI7czozMjoiMzM1ZGI4M2YzMmUyMDYwOWRIMTUzZDRkMDdlNWE1YTUiO30%3D](#)

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, Emir (org.), *Pós-neoliberalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BAMBIRRA, Vânia. “*O capitalismo dependente latino-americano*”. Florianópolis, Editora Insular, 2013.

BORON, Atílio. “Hegemonia e imperialismo no sistema internacional”. In: Atílio Boron (org.), *Nova Hegemonia Mundial*. São Paulo, CLACSO, 2005.

BUDD, Adrian. China’s rulers make ready for discontent. *Socialist Review*, nº 439, London, October, 2018.b.

BUDD, Adrian. News strains on state capitalism. *Socialist Review*, nº 435, London, May, 2018.a.

BUKHARIN, Nikolay (1915). *Imperialism and world economy*. London, Martin Lawrence Limited, s/d.

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Disponível na Internet via <http://isj.org.uk/imperialism-and-global-political-economy/> , 2005. Acesso em 18/03/2017.

CARIELLO, Túlio. INVESTIMENTOS Chineses no Brasil 2018: O quadro brasileiro em perspectiva global. CEBC - CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, Rio de Janeiro, 2019.

CEBC - CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro, 2013.

CHESNAIS, François. “*A mundialização do capital*”. São Paulo, Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. “Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo”. In: NÓVOA, Jorge (org.), *Incontornável Marx*, Salvador/São Paulo, EDUFBA/Editora UNESP, 2007.

CHESNAIS, François. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François (org.), *A finança mundializada*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. “A presença da China na América Latina no século XXI – suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos”. Dissertação de Mestrado no PPG de Economia Política Internacional, UFRJ, 2013.

FACON, Isabelle. No longer enemies but are they really friends? *Le Monde Diplomatique*, London, August, 2018.

FARES, Tomaz M. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, V. 7, Nº1, Jan-Jun 2016.

GRAMSCI, Antonio. “*Cadernos do Cárcere*”. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

GULLO, Marcelo. “*La insubordinación Fundante*”. Caracas, Editorial El Perro e la Rana, 2015.

HARVEY, David. “*O Novo imperialismo*”. São Paulo, Edições Loyola Editorial, 2004

HOBSON, J. *Imperialism: A Study*. New York, James Pott & Company, 1902.

LENIN, Vladimir. “*O imperialismo, etapa superior do capitalismo*”. São Paulo, Centauro, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2004.

MANDEL, Ernest. “*A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*”. São Paulo – Campinas, Editora Ensaio e Editora da Unicamp, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência e Sobre a Dialética da Dependência”. In: *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. “*Subdesenvolvimento e revolução*”. Florianópolis, Editora Insular, 2013.

MARX, Karl. “*O Capital. Livro 3*”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. “*O século XXI, socialismo ou barbárie*”? São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, István. “*Para além do capital*”. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

ROSDOLSKY, Roman. “*Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*”. Rio de Janeiro, EDUERJ e Contraponto, 2001.

SOUZA, Renildo. “*Estado e Capital na China*”. Salvador, EDUFBA, 2018.